

22.outubro.2014 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Delegação da Comissão de Assuntos Culturais e Educação do Parlamento do Estado de Sachsen-Anhalt - Alemanha**

Dr. Gunnar Schellenberger (Chefe da Delegação e Presidente da Comissão), Bianca Görke, Eva Feußner e Verena Wicke-Scheil.

Recebidos por: Presidente da Comissão, Deputado Abel Batista (CDS-PP) e Deputados Acácio Pinto (PS) Agostinho Santa (PS), António Cardoso (PS), Carlos Enes (PS), Duarte Marques (PSD), Elza Pais (PS), Inês de Medeiros (PS), Isidro Araújo (PSD), Isilda Aguincha (PSD), João Prata (PSD), Luís Fazenda (BE), Margarida Almeida (PSD), Maria Conceição Pereira (PSD), Maria Ester Vargas (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Odete João (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Pedro Pimpão (PSD) e Rosa Arezes (PSD).

Assunto: Troca de experiências sobre as políticas educativas prosseguidas.

Exposição: O Presidente da Comissão deu as boas vindas aos membros da delegação alemã, apresentou os Deputados portugueses, indicou os respetivos Grupos Parlamentares e a sua representatividade e deu conta das áreas de competência da Comissão.

O Presidente da delegação alemã agradeceu, apresentou a respetiva delegação e informou que a Comissão a que pertencem, neste momento, para além da cultura, inclui apenas o ensino básico e secundário e não integra o ensino superior e a ciência, que estão noutra Comissão. Indicou ainda que o Parlamento estadual tem representação de 4 partidos, mas a delegação presente não incluía um representante do SPD, por motivo de saúde do respetivo Deputado.

Referiu depois que a Alemanha tem um sistema dual de ensino. Informou ainda que durante a sua estadia em Portugal já tinham contactado com instituições públicas e privadas, com o Instituto Camões, com o Instituto Goethe em Portugal, com a Fundação Gulbenkian e vão estabelecer um protocolo a nível de orquestras.

Interviu de seguida o Deputado Duarte Marques (PSD), salientando que Portugal adotou recentemente um modelo de educação inspirado na Alemanha e realçando a importância da troca de experiências.

O Deputado Acácio Pinto (PS) referiu que o PS é o maior partido da oposição, salientou a relevância da troca de informações, evidenciou a grande amplitude de competências da Comissão do Parlamento português e deu conta de que o sistema dual está no início da implementação em Portugal.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Questionou depois a partir de que idade é que se inicia o sistema dual na Alemanha e no Estado Sachsen-Anhalt e se os alunos podem voltar posteriormente ao sistema “normal”.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) indicou que Portugal só tinha um percurso até ao 9.º ano, alargou agora a escolaridade obrigatória até ao 12.º ano e isso exigiu o alargamento das respostas, tendo sido desenvolvido o ensino vocacional.

Indicou que se está a iniciar o sistema dual, com base no sistema alemão, tendo sido estabelecida uma parceria com a fábrica Volkswagen. Realçou, por último, a importância da ligação entre o ensino e o mercado de trabalho, com o envolvimento do meio empresarial e referiu que estava a ser desenvolvida essa via.

O Deputado Luís Fazenda (BE) realçou as grandes dificuldades resultantes da presença da Troika em Portugal, com diminuição do investimento na educação. Referiu depois que o sistema dual está a ter contestação na Alemanha e questionou que balanço faziam do mesmo, salientando que entende que ele gera uma grande diferença entre os alunos, porque não é um sistema profissional qualificante.

Os membros da delegação alemã indicaram que o sistema está a ser aplicado na Alemanha há vários anos, bom ou não. Indicaram que há vários níveis, com orientação precoce e início no 5.º ano. O sistema dual foi introduzido mais tarde e tem uma dimensão considerável, estando em causa técnicos de várias áreas, por exemplo calceteiros, com formação necessária e aliando a prática à teoria. Referiram que o sistema dual é complexo e que há uma interação entre as empresas e a escola.

A formação nos centros de formação pressupõe a posse de 10 anos de escolaridade obrigatória e após o 9.º ano há um ano de preparação e depois a candidatura à formação em empresas. A escola profissional dá a formação teórica e depois tem lugar o trabalho na empresa, em regimes diversificados. O término do ensino pode ser o ensino secundário ou a sequência para o ensino profissionalizante.

Indicaram depois que o sistema é livre, mas procuram orientar os alunos, esforços nem sempre bem sucedidos. Em termos de dificuldades, referiram que as escolas estão na alçada do Ministério da Educação e as empresas no da Economia, registando-se problemas de articulação entre ambos. Realçaram que a parte profissionalizante tem maior peso do que a teórica, mas há necessidade de articulação, o que suscita problemas.

Informaram que têm liceus técnicos, onde os alunos fazem o 12.º ano com orientação técnica e podem seguir uma formação técnica posterior, referiram que há permeabilidade entre o ensino profissional e as escolas superiores técnicas e defenderam não existe a seletividade referida pelo Deputado Luís Fazenda. Realçaram a importância de incluir profissões que hoje não têm tratamento nas Universidades e defenderam a flexibilidade.

Esclareceram que a educação é uma competência dos estados federados, a escolaridade obrigatória inclui a escola profissional e defenderam uma escola abrangente durante mais anos, o que às vezes o sistema dual não abrange, tendo um dos elementos da delegação questionado a existência de uma formação de 1.ª e uma de 2.ª.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Referiram que a formação profissional em empresa não está dissociada do estágio e deram o exemplo da formação na área da restauração. Realçaram a interação com a economia. Informaram que o curso superior dual atual tem tido muita boa aceitação e referiram a falta de pessoal profissional. Esclareceram que a verba para a educação vai manter-se para 2015, mas há necessidades a nível da formação de professores e muita pressão em relação às verbas.

O Deputado João Prata (PSD) pediu confirmação sobre se a seleção era feita no 5.º ano, em que as crianças têm 10 ou 11 anos.

O Deputado Duarte Marques (PSD) questionou se a seleção era obrigatória ou sugerida pelos pais e se é considerada uma intromissão do Estado inaceitável ou uma solução adequada, podendo os alunos voltar ao sistema normal.

O Deputado António Cardoso (PS) questionou se o reconhecimento da qualificação dos engenheiros e dos profissionais de saúde é feito pelo Ministério da Educação.

O Deputado Carlos Enes (PS) perguntou se o sistema dual é igual em todo o país ou diferente entre os vários Estados e quais as diferenças em termos de colocação no mercado, bem como se o mesmo só é pago pelo Estado ou também pelas empresas.

Os membros da delegação alemã indicaram que há uma diferenciação e não uma seleção e que a mesma se verifica após o 4.º ano de escolaridade, havendo uma avaliação pelos professores e pelos pais, tendo dado o exemplo duma situação em que o professor de Matemática constata falta de apetência da criança. Referiram que numa grande percentagem dos casos a diferenciação é correta e informaram que já fizeram várias experiências em relação ao sistema.

Esclareceram que é feita uma recomendação, mas os pais é que decidem, havendo uma orientação vocacional atempada pelas escolas e uma avaliação muito importante para os pais, podendo haver passagem de alunos duma área para outra. Realçaram ainda que tem de haver uma gestão de verbas adequada para combate ao abandono escolar.

Informaram que o reconhecimento da formação é do Ministério da Educação. Esclareceram que as Ordens profissionais e as Câmaras de Comércio coordenam as exigências estabelecidas, sendo estas únicas a nível nacional, independentemente do Estado.

Referiram a existência de formadores profissionais e a articulação com as necessidades do mercado. Reiteraram que a orientação profissional é essencial, para os pais e os alunos. Esclareceram que a empresa paga ao formando, sendo formação remunerada e acertada na concertação social.

Indicaram que o reconhecimento dos cursos é nacional, mesmo que a duração dos mesmos seja diferente por Estado. Esclareceram que os alunos não são obrigados a seguirem os cursos. Indicaram que os contratos para formação profissional são verificados pelas respetivas Ordens profissionais e que as empresas não têm benefícios fiscais em relação aos mesmos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Por último, o Presidente da Comissão referiu que Portugal está com problemas de demografia e regista muita migração de saída do país, apelando à construção de uma Europa cada vez mais solidária e com um caminho em conjunto.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

Palácio de São Bento, 22 de outubro de 2014

A assessora da Comissão
Teresa Fernandes